UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA DE ESTUDOS, PESQUISAS E FORMAÇÃO EM POLÍTICAS E GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

IVAN MOTTA SANTOS

REAGINDO CONTRA 'ELEMENTO' EM LOCAL DE RISCO: UM ESTUDO SOBRE NARRATIVAS DE MORTE DE CIVIS EM INQUÉRITOS POLICIAIS MILITARES

Salvador
2017

IVAN MOTTA SANTOS

REAGINDO CONTRA 'ELEMENTO' EM LOCAL DE RISCO: UM ESTUDO SOBRE NARRATIVAS DE MORTE DE CIVIS EM INQUÉRITOS POLICIAIS MILITARES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública, Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Especialista em Prevenção da Violência, Promoção da Segurança e Cidadania.

Orientadora: Prof.ª MSc. Andrija Oliveira Almeida

Salvador
2017

AGRADECIMENTOS

São Tomaz de Aquino, em sua obra sobre o mal, estabelece que Deus permite o mal de pena na natureza humana, na medida em que se extraia dele um bem maior. É exatamente por esse bem maior gerado de um suposto mal, que, hoje, tenho motivos para agradecer o fato de não ter sido aprovado no Mestrado em Segurança Pública na seleção de 2015. Hoje, concluindo este trabalho percebo o quanto foi gratificante e rico poder passar pelas cadeiras dessa especialização. Certamente os resultados do mestrado que ainda pleitearei, serão, com essa experiência, potencializados. Mais experiente e melhor instruído, tenho certeza de que a especialização em prevenção da violência não foi penas um passo à carreira acadêmica, mas uma etapa decisiva em meu direcionamento acadêmico e profissional, certamente um divisor de águas. Assim agradeço a Deus por, num aparente fracasso, gerar a oportunidade de tamanho crescimento. Agradeço ainda à minha família que, sempre me apoiando, enquanto eu estudava, prezavam pelo silêncio absoluto em casa. Diversas vezes pude escutar os sussurros do tipo: “silencio porque o Ivanzinho está estudando”. A cada vez que escutava um destes sussurros, crescia em mim a motivação de fazer valer o esforço de cada um. Agradeço ainda de maneira especial à Aninha, minha noiva, sempre disposta a criticar e apontar elementos para reformar meu trabalho, suportando um companheiro sem tempo para o relacionamento, e que queria problematizar tudo ao redor, estabelecendo com tudo ao redor, um diálogo com seu objeto de pesquisa. Por fim, à todos os mestres que já passaram em minha vida, Professor Estênio Cruz, onde quer que esteja, por ver em mim o que nem eu havia enxergado; Professora Andrija Almeida, pela dedicação e disponibilidade em me moldar nos caminhos da pesquisa acadêmica; pela paciência com um orientando que tentou abraçar o mundo e acabou sem tempo para produzir a monografia da especialização, conciliando outra graduação e o oficio no Corpo de Bombeiros. Agradeço ainda, às professoras componentes da banca, obrigado por aceitarem o convite, e, sobretudo, pelas ricas contribuições. Certamente, se este trabalho alcançou algum brilho, é reflexo da orientação acadêmica e contribuição das professoras Íris Gomes e Larissa Sales.

RESUMO

No Brasil, as mortes de civis de em ação policial ensejam procedimentos internos de apuração pelas próprias corporações policiais. O objetivo do estudo é caracterizar narrativas institucionais sobre mortes decorrentes da atuação da polícia militar, a partir da análise de inquéritos policiais militares instaurados pela Corregedoria da Polícia Militar para apuração de autos de resistência em Salvador-Ba em 2015. O estudo é de caráter qualitativo, o método utilizado foi a análise documental e o *corpus* de documentos constituiu-se de 16 inquéritos policiais militares. A pesquisa evidenciou a existência de três componentes estruturadores da narrativa sobre mortes de civis em inquéritos policiais militares em 2015, a saber, os atores e suas ações, os objetos envolvidos e o local da ocorrência. Nesta perspectiva, o sentido das mortes se construiu com base na construção narrativa da tríade da resistência à ação policial, assentada na combinação e interdependência entre reação policial, morto criminoso e local de risco.

Palavras-chave: Auto de resistência, mortes em ação policial, inquéritos policiais

ABSTRACT

In Brazil, the deaths of civilians in police action lead to internal investigation procedures by the police corporations themselves. The objective of the study is to characterize institutional narratives about deaths resulting from the activities of the military police, based on the analysis of military police investigations instituted by the Military Police Corregiment for the determination of police action resistance inquires in Salvador-Ba in 2015. The study is qualitative, the method used was documentary analysis and the corpus of documents consisted of 16 military police inquiries. The research evidenced the existence of three structural components of the narrative about civilian deaths in military police investigations in 2015, namely, the actors and their actions, the objects involved and the place of occurrence. In this perspective, the meaning of the deaths was constructed based on the narrative construction of the triad of resistance to the police action, based on the combination and interdependence between police reaction, dead criminal and dangerous place.

Keyword: **Police action resistance inquires, deaths in police action, internal control**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7

2 "CARREIRA MORAL DO MORTO" E "VIDAS MATÁVEIS": APROXIMAÇÕES TEÓRICAS 9

3 DISSECANDO OS IPMs: ASPECTOS METODOLÓGICOS 13

3.1 DA PORTARIA DE INSTAURAÇÃO AO RELATÓRIO FINAL: ESTRUTURA DOS IPMs UTILIZADOS NA APURAÇÃO DE AUTOS DE RESISTÊNCIA EM SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA EM 2015 15

4 REAGINDO CONTRA "ELEMENTO" EM LOCAL DE RISCO 41

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 48

REFERÊNCIAS 49

APÊNDICE A– Descrição da estrutura dos IPMs instaurados para a apuração das mortes de civis em intervenção policial militar em 2015 50

APÊNDICE B – Roteiro de análise documental 51

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, entre 2015 e 2016, o número de mortes resultantes da atuação policial passou da marca dos 3.022 mortos para 3.320. Estes números, retirados do 9º e 10º anuários de segurança pública, ilustram como a violência policial ascende em números e qual o modelo de atuação policial no contexto de combate a criminalidade. Segundo Bueno (2016), o Brasil encabeça o ranking da barbárie, possuindo a polícia que mais mata e que mais morre no mundo. Segundo as estimativas levantadas no 10º anuário de segurança pública, nos últimos sete anos, 2.572 policiais morreram assassinados em serviço ou de folga. Estes dados acerca da letalidade e mortalidade policial dialogam com um dos resultados dessa pesquisa, dada a similaridade entre os dados encontrados em Salvador e os dados obtidos por MISSE (2011) no Rio de Janeiro.

O presente estudo é de cunho qualitativo e o método utilizado foi a análise documental (CELLARD, 2014). O *corpus* constituiu-se de 16 (dezesseis)[1] inquéritos policiais militares (IPMs) no formato digital e PDF, instaurados pela Unidade de Polícia Judiciária da Corregedoria da Polícia Militar da Bahia (UPJM-CPMBA) para apuração de mortes decorrentes da atuação da Polícia Militar do Estado da Bahia (PMBA) no ano de 2015.

Ao realizar levantamento de fontes sobre o tema, pouca bibliografia foi encontrada. Via de regra, o que encontramos é literatura sobre violência policial. Essas obras, versando sobre violência policial, de forma tangencial, abordam a temática da letalidade policial. Como exemplo deste tipo de obra, produzida em Salvador-Ba, podemos citar a pesquisa de Machado e Noronha (2002). Ao abordar a violência policial em classes populares urbanas Machado e Noronha (2002) perpassam a realidade da letalidade policial como uma das faces da violência policial.

Os dados obtidos acerca dos autos de resistência em Salvador, no mesmo sentido, são reduzidos. Na Corregedoria da Polícia Militar da Bahia (CPMBA) foi possível encontrar dados indicando a instauração de 55 procedimentos voltado à apuração de autos de resistência no ano de 2013, e, de janeiro à maio de 2014 um montante de 15 procedimentos. Os números citados estão circunscritos aos inquéritos policiais militares instruídos na CPMBA. Fora deste cômputo, há ainda, os procedimentos investigativos instruídos além dos limites da região

[1]Foram disponibilizados pela UJPM- CPMBA, 18 (dezoito) IPMs, contudo, dois deles não se relacionavam com o objeto do estudo, sendo excluídos da análise.

metropolitana de Salvador, bem como os feitos inerentes à letalidade decorrente das ações da Polícia Civil.

Bueno (2016) indica que há necessidade de fazer com que o controle da atividade policial saia da zona do discurso e constitua parte do cotidiano das polícias brasileiras. Porém, o acesso preliminar à literatura denota a defasagem quanto à produção de conhecimento científico no Brasil sobre este tema, fato este capaz de demonstrar a fragilidade das ações neste sentido, tendo em vista o vulto da produtividade acadêmica neste âmbito. A relevância de estudar a letalidade policial pode ser percebida a partir dessas lacunas cientificas encontradas quando tratamos de letalidade policial. Este trabalho representa, ao menos um lampejo de observação científica sobre um tema que, ainda hoje, é tratado preponderantemente sob a égide do senso comum. As questões atinentes à letalidade policial carecem de produções acadêmicas aptas a referenciar o pensamento crítico e a percepção cientifica sobre a questão.

A presente pesquisa, ainda, objetiva, a partir dos inquéritos policiais militares (IPM) instaurados para apuração de autos de resistência no ano de 2015, caracterizar os sentidos institucionais atribuídos à essas mortes. Perceber quais são as nuances que contornam o discurso sobre as mortes decorrentes da atuação policial militar e entender como se dá, em sede de controle interno, a apuração e caracterização destas mortes.

Organizado em 3 (três) capítulos, esta produção acadêmica se distribui da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda o marco teórico, as obras que serviram de base para elaborar o pensamento acerca do tema. O segundo capítulo dedica-se à metodologia da pesquisa aplicada aos documentos para desenvolver a análise documental. Por fim, o terceiro capítulo contém os resultados da pesquisa e as discussões pertinentes à eles.

2 “CARREIRA MORAL DO MORTO” E “VIDAS MATÁVEIS”: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Dentre as obras que abordam a temática das mortes decorrentes da atuação policial, duas dela destacaram-se neste trabalho. Misse (2011) descreve etapas da apuração das mortes oriundas da atuação policial na cidade do Rio de Janeiro. O autor observa a apuração das mortes decorrentes de atuações policiais na cidade do Rio de Janeiro, focalizando a construção social da narrativa sobre a morte, a partir levantamento documental e de entrevistas com policiais, defensores públicos e promotores de justiça.

A outra obra destacada por também oferecer contribuição é a de Zaccone (2015). Zaccone (2015) faz uma análise jurídica e filosófica acerca das relações sociais tocantes à atuação policial quando dela decorrem mortes legítimas. Assim, foi possível perceber, a partir desses dois autores, duas vias de abordagens sobre o tema, quais sejam: uma sociológica protagonizada por Misse (2011) e outra jusfilosófica, representada por Zaccone (2015).

Assim, no fenômeno da violência policial, temos aspectos desde a atividade legal da polícia, no uso da violência legítima e proporcional até os abusos de autoridade, excedendo os limites da necessidade e proporcionalidade quando do uso da força. Quanto às atividades circunscritas na legalidade e as que ultrapassam este limite, percebemos uma categoria capaz de transitar nessa região limítrofe, ora enquadrada como violência legítima, ora situada na esfera da ilegalidade. Tratamos, portanto, das mortes decorrentes da atuação policial.

Nas duas abordagens citadas anteriormente, encontramos ênfase em duas principais perspectivas: uma perspectiva mais procedimental, voltada para a análise do fluxo da apuração destas mortes no sistema de justiça; e outra mais voltada à perspectiva filosófica e política, analisando a função social da polícia, as políticas públicas de segurança e seus sentidos institucionais. As duas obras, tratadas enquanto modelos de abordagem sobre o tema, não são estanques, possuindo pontos de contato, tais como um olhar lançado sob a construção histórica da violência e da polícia como braço armado do Estado.

Misse (2015) realiza suas inferências a partir das práticas institucionais, demonstrando como se dá a apuração das condutas dos policiais envolvidos em casos de resistência de que resultem mortes. Segundo ele, há fatores capazes de influenciar o processamento dos casos de “autos de resistência”, quais sejam: a prevalência da versão dos agentes de segurança; a maneira como é construído o que ele denomina como “carreira moral do morto”; a falta de

testemunhas nestes casos; e a ausência de laudos técnicos para amparar a versão dos policiais. Para além desses pontos na instrução da peça informativa, encontram-se, seja no poder judiciário ou no MP, elementos dispostos no mesmo sentido.

O que Misse (2011) denomina como carreira moral do morto, consiste na construção da história do morto a partir da investigação. Como os levantamentos realizados pela polícia atribuem status ao morto, podendo caracteriza-lo como uma pessoa de passado criminoso. Ou seja, é exatamente uma carreira moral que se constrói a partir dos levantamentos. Essa carreira moral do morto possui importante função na construção do sentido da morte. Poderemos ver adiante, que, configurar o morto como criminoso é um dos pilares fundamentadores do sentido de resistência atribuído à morte.

Assim, a pesquisa sobre os autos de resistência conduzida por Misse (2011) no Rio de Janeiro, estabelece contornos que contribuem para o olhar crítico lançado acerca do sentido institucional das mortes decorrentes da atuação policial. As categorias teóricas e resultados trazidos por ele indicaram caminhos para conduzir este trabalho. Misse constitui, como marco teórico, simultaneamente, uma referência de ordem material e metodológica.

Já na abordagem voltada à perspectiva jusfilosófica, enfatiza-se a noção mais voltada às relações travadas entre a polícia e a sociedade, os limites de atuação, as práticas extralegais, questões políticas entre outras. Aqui, Zaccone (2015) se ocupa em explorar as categorias "vida matável" e o "*homo sacer"* (ZACCONE, 2015, p. 99) na sociedade atual. Para Zaccone (2011), as mortes decorrentes da atuação policial se mostram enquanto desdobramento de uma política de segurança pública, são práticas institucionais que operam de acordo à lógica da execução.

> Em suma, a polícia mata, mas não mata sozinha. O sistema de justiça criminal se utiliza de um expediente civilizatório, racional e burocrático, na produção da verdade jurídica, que viabiliza a ideia de uma violência conforme o direito, a partir da construção de uma violência qualificada por decisões de respeitáveis agentes públicos, conhecidos como fiscais da lei. (ZACCONE, 2015, p. 23)

Zaccone (2015) lança mão da perspectiva contratualista para observar as relações travadas em torno da morte, caracterizando polos e regras da atuação social. Essa observação coaduna com a versão sobre as mortes decorrerem de um direcionamento institucional, no sentido de existirem, dentro do contrato social atual, espécies de "*homo sacer"*, detentores de vidas matáveis, desprovidas de qualquer tutela do Estado, das quais o ceifamento não enseja qualquer consequência jurídica. A força policial, nessa perspectiva, é a garantidora do

contrato social, incumbido a ela o uso legítimo da violência física. Nestes termos, é polícia responsável pela "garantia da estabilidade do contrato social", que, por sua vez, pode ser traduzido, nos tempos hodiernos como "garantia da ordem pública", o que constitui, uma, senão a maior, das atribuições da atividade policial.

Segundo o autor, "*homo sacer"* é o tipo de pessoa introduzida de forma anômala no contrato social. Apesar de se inserir na dinâmica social, ele não se enquadra em qualquer dos polos estabelecidos, não encontra guarida nas normatizações estabelecidas para o convívio. Sua existência limita-se em servir ao contrato social. Esse posicionamento, em zona de exceção, permite que, quando perpetrado o crime pelo *homo sacer*, "lhe seja movida uma guerra ou aplicada pena mais gravosa do que a prevista em lei, adentrando à esfera do bárbaro, caracterizado pela sua desproteção". (ZACCONE, 2015, p. 110 e 111).

Assim percebe-se que, dependendo de quem cometa o crime, pode haver aplicabilidade ou não do sistema de justiça, pois este é uma garantia decorrente do contrato social, onde as partes renunciam à grande parte da autotutela, conferindo ao Estado a competência para dirimir conflitos. Se consideramos então, o crime como um atentado à estabilidade do contrato social, podemos inferir o papel das polícias, como manter a estabilidade do contrato social. Na estrutura estatal, a polícia, braço armado do Estado, constitui-se o principal órgão garantidor do contrato social.

O autor reitera a ideia de um estado de exceção instaurado diante destas mortes, uma estrutura clandestina de permissividade, fundada na burocracia e racionalidade social. É uma perspectiva baseada na noção de "vida matável", onde haveria indicativos de um movimento socioinstitucional, denotando esforços no sentido de assimilar ao estado de direito um microestado de exceção. De acordo com Zaccone (2015), este microestado funda-se na crença "bandido bom é bandido morto", invocada sempre a cada vida nua ceifada. Para o autor, esta perspectiva pode ser constatada em diálogos cotidianos acerca de uma morte, seja ela decorrente da atuação policial ou até mesmo extra estatal, como em rebeliões nos sistemas prisionais ou em linchamentos públicos.

A "comunidade política moderna" (ZACCONE, 2015, p. 110), onde o estado de exceção é absorvido reflete o fenômeno dos autos de resistência, procedimento institucional instaurado durante a ditadura militar – estado de exceção –, voltado para adequar e absorver práticas conflitantes com o regime estatal admitido. É este, portanto, o "*homo sacer"* a quem se pode matar de forma legítima na busca do equilíbrio contratual social, lançando mão do

microestado de exceção, relativizando os limites da violência legítima e adequando a conduta ao ordenamento teoricamente conflitante.

3 DISSECANDO OS IPMs: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Tratando-se de estudo qualitativo, o método utilizado foi a análise documental (CELLARD, 2014). Primeiramente foi realizada uma leitura preliminar dos 16 IPMs, de modo a estabelecer um primeiro contato, possibilitando perceber o documento de modo geral, identificando estruturas de organização, lógica realização dos atos, teor dos documentos que o compõe etc.

Os IPMs são peças documentais oficiais informativas, de caráter público e de natureza administrativa, formados por um conjunto sequenciado e diversificado de documentos[2], cujo objetivo é a instrução preliminar da apuração de crime militar. Desse modo, os IPMs constituem-se de um conjunto de documentos, atos e comunicações entre órgãos na realização das diligências necessárias à elucidação dos fatos. Dentre os diversos documentos, os merecedores de destaque na construção da narrativa sobre a morte são os "TERMOS DE DECLARAÇÕES" e os "AUTOS DE EXIBIÇÃO E APREENSÃO", pois neles se apresentam mais elementos narrativos acerca da morte. Desde a portaria de instauração, é possível encontrar releitura dos fatos narrados em documentos dispostos de maneira posterior – "termos de declarações" e "auto de exibição e apreensão".

No âmbito dos procedimentos relativos aos IPMs, a autoridade competente , ou seja, o oficial delegado designado para instruir e diligenciar o IPM requisita perícias, ouve testemunhas, levanta documentos comprobatórios, as informações produzidas são juntadas aos autos e, desse modo, vai se formando o corpo do IPM. Todas estas peças, ao serem inseridas nos autos de apuração, tornam-se elementos do IPM (APÊNDICE A), o qual usualmente se configura fundamento utilizado pelo Ministério Público Militar Estadual (MPME) para o oferecimento de denúncia ou para o pedido de arquivamento do caso.

Embora dotado de sigilosidade para garantir o êxito das diligências, o IPM pode ser considerado documento público por dois motivos: a) devido à sua origem e contexto de produção (Corregedoria da Polícia Militar da Bahia) e, b) caso seja oferecida a denúncia e não sendo decretado o segredo de justiça, temos como regra a posterior a publicização das informações, a partir do momento em onde o IPM passa a compor o processo penal militar, enquanto peça instrutória. Considerando os objetivos e recorte desta pesquisa, foram analisados IPMs instaurados pela UPJM-CPMBA, em 2015, para apuração de óbitos ou de

[2]Elaboração inspirada nos estudos de Misse (2011) sobre inquérito policial e processo de incriminação no Brasil.

hospitalização de civis com desfecho morte, ocorridos em circunstâncias de intervenção policial militar, classificadas como “auto de resistência”.

Neste estudo, quanto ao acesso aos IPMs, foram encontradas algumas dificuldades iniciais. Antes realizar solicitação formal, houve uma tentativa de aproximação extraoficial junto à CPMBA. Nesta oportunidade houve certa resistência, pois, ao constatarem que se tratava de um soldado do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA) e não mais da PMBA[3], alegaram ao autor: “na sua própria casa você terá uma acolhida institucional melhor”, e, por isso, deveria buscar pesquisar algo na área dos bombeiros. Certo de a cultura institucional da PMBA ser fundada no espírito de corpo, retornei com uma solicitação formal, timbrada pela UFBA e assinada pela orientadora da pesquisa. A solicitação para acesso aos dados tramitou por quatro seções da CPMBA, antes de ser encaminhada à UPJM. Esse trâmite durou cerca de três meses.

Mesmo sem a recepção esperada no primeiro contato, certamente, o fato de ser militar contribuiu para a aceitação institucional do estudo. Após esta etapa de aproximação inicial, observamos por parte dos membros da CPMBA empenho em atender a solicitação formal protocolada, bem como as demandas decorrentes do acesso aos dados.

Outro aspecto evidenciado durante o processo de aproximação do campo para obter acesso aos dados foi o peso institucional de vinculação da palavra proferida, fundamentado na hierarquia da estrutura militar. Toda a pesquisa foi realizada com fundamento numa autorização verbal. A autorização institucional para o acesso aos dados, caso tenha sido documentada, não nos chegou neste formato. O oficial responsável pela intermediação do contato com o comando da unidade, numa conversa via rede social, afirmou a autorização do acesso aos dados por parte do comandante da unidade. Assim, na posse deste registro de diálogo retornei à corregedoria e mostrei ao policial de plantão na UPJM neste dia. Certo de quem era o oficial com quem o diálogo havia sido travado, e, após ter contato com todo o teor do registro da conversa, forneceu-me cópia digitalizada dos IPMs de 2014 e 2015 disponíveis no sistema.

Em relação às questões éticas, a especificidade e a natureza dos documentos estudados enquanto registro de informações e procedimentos institucionais de polícia, mesmo sem classificação de sigilo, ensejam reflexão do pesquisador. Neste sentido, foram tomadas

[3]Em 07 de novembro de 2014, foi sancionada pelo governador em exercício a lei que desvinculou o Corpo de Bombeiros Militar da estrutura organizacional da Polícia Militar da Bahia.

algumas medidas com relação ao arquivamento dos dados, a exemplo de não guardar os documentos em sistemas de *cloud computing*, bem como cuidados para preservar a confidencialidade por meio da supressão de termos rastreáveis, tais quais nomes de pessoas, número de série de armas de fogo, nomes de ruas e bairros, entre outros.

Para a análise dos documentos, utilizamos um roteiro para abordagem dos documentos (APÊNDICE B). Este roteiro possibilitou explorar as narrativas, pois a partir das perguntas por ele sugeridas, era possível olhar de forma diferente para os textos.

A fim de mapear, nos registros oficiais, as narrativas sobre a morte, as ações, os atores, o morto, a polícia e o local do fato, bem como estratégias de codificamos os IPMs e categorizamos os dados, os quais foram registrados em uma planilha para serem interpretados à luz da literatura. (CELLARD, 2011; CRESWELL, 2010)

Após este primeiro contato, uma leitura mais minuciosa de cada documento do IPM foi realizada no sentido de direcionar o olhar para possibilitar a identificação no documento dos elementos relevantes à abordagem do objeto. Para tanto foi aplicado o roteiro de análise de dados (APÊNDICE B), constituído pelas seguintes perguntas norteadoras: 1). Quem são os atores da cena? 2). Quais são os cenários relacionados? 3). O que se fala sobre: a) a morte? b) o morto? c) o local? d) os materiais e objetos envolvidos? e) os policiais? 4). Quem fala sobre as questões do ponto 3? Partindo desses quesitos, evidenciaram-se algumas categorias, que, por sua vez, foram categorizadas e organizadas numa planilha.

Realizada a aplicação do roteiro e estabelecidas as primeiras impressões sobre a matéria de cada um, bem como a proeminência dos dois documentos supracitados, passamos à sistematização dos dados. Os quesitos do roteiro aplicados aos IPMs resultaram no mapeamento da regularidade das categorias. Como a questão central era a narrativa sobre a morte, esta categoria foi colocada como elemento central da categorização, e a partir dela as categorias que dialogavam com os sentidos da sua construção.

3.1 DA PORTARIA DE INSTAURAÇÃO AO RELATÓRIO FINAL: ESTRUTURA DOS IPMs UTILIZADOS NA APURAÇÃO DE AUTOS DE RESISTÊNCIA EM SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA EM 2015

Com base na análise documental, nesta seção descreveremos os quinze componentes da estrutura elementar encontrada nos IPMs instaurados pela UPJM-CPMBA para apuração de mortes de civis em intervenção da polícia militar em Salvador-BA em 2015, a saber: 1) capa;

2) designação do oficial; 3) ROP (Registro de Ocorrência Policial Militar); 4) auto de exibição e apreensão; 5)guias para exames periciais; 6) termo de declarações; 7) dados de cadastro civil da vítima e das testemunhas; 8) ofícios; 9) escala de serviço dos policiais envolvidos na ação; 10) relatório de serviço do oficial coordenador da área; 11) ficha de assentamento de policiais pertencentes à unidade; 12) antecedentes penais solicitados; 13) cópia do relatório de atendimento médico realizado em paciente vítima de disparo de arma de fogo; 14) laudos; 15) atos.

1. Capa
    1) A capa é composta por 8 campos
        a. O primeiro tem o emblema da PMBA, o que já traz um caráter de oficialidade ao documento, seguido pelos títulos centralizados, um abaixo do outro: Secretaria da Segurança Pública, Polícia Militar da Bahia, Corregedoria e Unidade de Polícia Judiciária Militar, finalizando abaixo com o endereço físico e eletrônico da corregedoria
        Há ainda neste campo um manuscrito: “Ref 0000/00” que identifica o documento
        b. Aqui começam os campos que individualizarão os IPMs. Este campo tem um título em caixa alta, com a maior fonte de letras da capa, escrito “INQUÉRITO POLICIAL MILITAR”, seguido abaixo, em fonte menor, pela identificação interna deste procedimento “IPM Nº COREG 000/UPJM/000-15/15”
        c. O 3º campo contém os investigados, sempre policiais militares, de patente até capitão, organizados de acordo com a antiguidade. Antes do nome temos a patente, seguida do nome, seguido da matricula
        d. O quarto campo diz respeito à(s) vítima(s) oriundas do evento a ser apurado
        e. O campo que segue descreve a infração penal militar a ser apurada pelo procedimento
        f. O sexto campo contém a autoridade policial delegada para a apuração
        g. Fechando este bloco com o policial designado como escrivão, algum componente da UPJM, de qualquer patente, geralmente cabo ou soldado

h. Ainda na capa, mas num campo separado dos sete primeiros, há o título (fora do quadro) “Autuação” onde o escrivão citado no campo anterior descreve: “autuo a portaria e demais documentos anexos. Salvador, ... de ... de 2015. Eu, …, escrivão de polícia militar, matrícula nº ...”

2. Designação do Oficial

1) A designação oficial é composta por 4 campos:

a. No cabeçalho da página temos, do lado direito, em caixa alta: “Polícia Militar da Bahia”, “Corregedoria”, “Unidade de Polícia Judiciária Militar”, em caixa alta e em negrito o mesmo controle da capa: “PORTARIA EM IPM CORREG Nº 000/UPJM/000-15/15”. Abaixo há a data em que o documento foi gerado.

Do lado direito, no canto superior temos um controle de numeração das páginas manuscrito e rubricado iniciado pelo Nº2 como se a capa fosse o nº1, porém a capa não recebe este controle manuscrito. Abaixo do manuscrito há, em caixa alta, o termo: “publique-se” abaixo um campo para ser preenchido manualmente “EM_/_/_” seguido abaixo por ”cmt-geral” que significa comandante geral.

b. Título do documento em caixa alta: “inquérito policial militar” e abaixo entre parênteses “(Designação de Oficial)”

c. Aqui temos um texto contendo fundamento legal onde o coronel corregedor chefe designa o capitão no sexto campo da capa para apurar, no prazo de 40 dias (Este prazo está fundado no art. 20. Do CPPM, que estabelece o prazo de vinte dias para finalizar o IPM se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou quarenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.) a notícia de ação policial desencadeada por (aqui ele coloca a unidade de origem dos policiais citados no campo 3 da capa), na qual foi vitimado(a) (aqui ele coloca a pessoa ou pessoas descritas no campo 4 da capa) e faz um breve resumo de local, hora e condições do ocorrido. Num próximo parágrafo descreve que “o oficial designado, independentemente de publicação desta portaria, deverá adotar todas as providencias

preliminares previstas no art. 12, com fundamento no §2º do art. 10, tudo do Decreto-lei nº 1002, de 21 Out 69 (CPPM)

d. Abaixo deste texto descrito no campo 3, temos o nome do corregedor chefe, seguido de sua patente acima do cargo "corregedor chefe". Acima desde descrito há a assinatura do corregedor chefe.

3. ROP – Registro de ocorrência policial

1) Preliminarmente percebe-se, no canto superior esquerdo a inscrição "Governo do Estado da Bahia", seguido da "Secretaria da Segurança Pública", e por fim "Polícia Militar"
2) No canto superior direito temos um campo para emissão, seguido de data e hora a serem preenchidos eletronicamente. Abaixo deste campo segue a sigla "SIGIP – Sistema de Informação e Gestão Integrada Policial"; por fim, há um campo Gerado por: seguido do nome completo da pessoa que gerou o documento no sistema.
3) O próximo campo é o título do documento, em caixa alta e letras em negrito " REGISTRO DE OCORRENCIA POLICIAL MILITAR – ROP (RASCUNHO) "
4) O campo que segue identifica o documento em: Número: Correg – RO – 15 – xxxxx, este número é um controle da corregedoria, pois, como poderemos ver, há, ainda neste mesmo campo logo abaixo o Nº ROP; segue ainda, ao lado, com data, abaixo da data a hora e ao lado a situação do documento, que neste caso é um rascunho.
5) O campo seguinte trata do policial militar responsável pela produção do documento. Os itens são: PM Responsável, cargo, matrícula, nome, unidade, número, tipo de policiamento, padrão de viatura.
6) Este campo irá descrever aspectos da ocorrência. Inicialmente intitulado pelo nome "ocorrência", seguem os demais itens: origem da solicitação: é como se deu origem ao chamado, pode ser o telefone 190 ou de ofício pelos próprios policiais por exemplo. Data e hora do fato, data e hora de chegada no local, data e hora do conhecimento, data e hora de saída do local. Evento relacionado. Segue então pelo endereço do fato, tipo do local, complemento, ponto de referência e descrição do fato. Geralmente todos os campos, desde o

endereço do fato ficam vazios e na descrição do fato, num texto corrido, todas essas informações são compiladas.

7) Partimos então ao campo seguinte que aparentemente trata das providencias. Com os itens: resultado (geralmente preenchido com instauração de IPM), ocorrência policial, data/hora do registro, observações.
8) Este campo destina-se à classificação da ocorrência. Intitulado "tipo/subtipo de ocorrência" temos os seguintes itens para preenchimento: tipo, subtipo e classificação. Dentro do recorte a que esta pesquisa se propõe, todos os ROP estarão classificados da seguinte forma: tipo: ocorrências contra a administração pública; Subtipo: Resistência; Classificação: Consumado.
9) No canto inferior esquerdo o carimbo do capitão responsável pela produção do documento
10) Na segunda lauda que compõe o documento, se repetem os campos de "a" até "d"
11) Seguimos então com o campo que tratará das pessoas: dispostos em duas colunas temos os itens: pessoa física e envolvimento. Primeiro são citados os policias envolvidos na ocorrência, descritos da seguinte forma: nome completo, cargo, organização, sexo, "servidor público da SSP-BA", matrícula, cargo (pela segunda vez), unidade de trabalho. Abaixo ainda tratando da mesma pessoa: faixa etária, local da condução, Nº da ocorrência (não policial) e dados agente recebedor. No campo envolvimento ou será participante ou vítima.
12) Agora no mesmo esquema do campo anterior, vamos tratar dos objetos envolvidos. Cada objeto é descrito, inicialmente por um código interno, posteriormente por detalhamento. Ao fim do detalhamento temos o envolvimento, que descreverá como o objeto se relaciona com os fatos. Abaixo da descrição do objeto temos a pessoa relacionada ao objeto, com breve qualificação do, seguida do campo "tipo de relacionamento" o qual descreve a relação entre a pessoa e o objeto.
13) Por fim, centralizada mente temos um campo destinado à assinatura do responsável, onde podemos encontrar o carimbo do capitão delegado, rubricado por cima.

4. Auto de exibição e apreensão

1) Este documento começa com um quadro divido em três colunas: a primeira contendo o Brasão da PMBA, a do meio com diversos inscritos indicando os órgãos envolvidos, e na última um local destinado à numeração do IPM. As pessoas jurídicas e órgãos descritos na coluna central são: Estado da Bahia, Secretaria da Segurança Pública, Polícia Militar da Bahia, Corregedoria Geral e Unidade de polícia Judiciária Militar. Abaixo de todos estes, temos o endereço físico e eletrônico da corregedoria bem como o contato da unidade.
2) Seguimos com o título do documento, centralizado e em caixa alta. "AUTO DE EXIBIÇÃO E APREENSÃO"
3) O Próximo quadro possui um texto corrido, no qual o oficial encarregado descreve a situação e testemunhas de quando o superior no comando da guarnição envolvida se apresenta juntamente com os materiais a serem cautelados pela corregedoria para diligências de apuração. Finalizada a descrição dos agentes e materiais envolvidos no ato, o oficial designado para a apuração fundamenta que "em consonância ao que dispõem os Arts. 10, §2º e 12, alínea "b" do CPPM" ele fará a "apreensão dos seguintes instrumentos utilizados pela força pública para conter a agressão praticada pelo ofensor não identificado". Daqui então segue, no mesmo texto, a descrição reiterada de cada objeto seguida de qual agente detinha posso de cada um no momento da ocorrência.
4) O documento é finalizado por um quadro dividido em quatro linhas, as quais dispõem: Autoridade, Exibidor, Testemunha e Escrivão. O campo da autoridade é carimbado e rubricado, os demais são assinados manualmente.

5. Guias para exames periciais

Todas as guias seguem o mesmo padrão estrutural básico, variando apenas o título e as informações mais especificamente atreladas à finalidade da guia em si.

1) Médico legal
    a. De início constatamos o brasão da polícia militar no canto superior esquerdo, o brasão da corregedoria no canto superior direito e no centro as inscrições: "Governo do Estado da Bahia", "Secretaria da Segurança Pública", "Polícia Militar do Estado da Bahia" e "Corregedoria Geral"
    b. O próximo campo traz identificações preliminares, começando pelo título: "GUIA PARA EXAME MÉDICO LEGAL"; seguido da data de

emissão da guia, Nº da guia e Nº da portaria. Logo após encontramos um campo destinado à identificação da autoridade requisitante, que é o capitão delegado para impulsionar o IPM, devendo conter: nome, posto e matrícula. Abaixo desta identificação, há um campo para indicação do destino do laudo, que, neste trabalho, sempre será a corregedoria geral da PMBA.

c. Passamos então ao campo denominado "descrição da ocorrência (fato). ", composto por data do fato, hora do fato, natureza do fato (tipificação). Abaixo temos o loca do fato (em caso de remoção, indicar além do local do fato, onde encontra-se o corpo). Finalizando o campo com um espaço destina do histórico da ocorrência.

d. Agora no campo destinado ao periciando temos: nome, tipo (sempre "morto"), envolvimento, RG e órgão expedidor, data de nascimento, idade, cor da pele, sexo, estado civil, grau de instrução, profissão, nacionalidade, nome da mãe, naturalidade, nome do pai, endereço residencial/local de trabalho se for PM, bairro, ponto de referência, telefone fixo, telefone celular, endereço de trabalho e telefones do trabalho.

e. Agora segue o campo denominado "dados do óbito". Com data provável, hora provável, local provável e causa provável.

f. O documento finaliza com o campo destinado à autoridade requisitante. Contendo os seguintes elementos: função da autoridade requisitante e assinatura da autoridade requisitante

g. No rodapé abaixo da assinatura temos uma inscrição em fonte reduzida: "fundamento: art. 10, §2º, c/c art. 12, do decreto-lei Nº 1.002, de 21/10/1969

2) Local do crime

a.. Como descrito acima, temos aqui o brasão da polícia militar no canto superior esquerdo, o brasão da corregedoria no canto superior direito e no centro as inscrições: "Governo do Estado da Bahia", "Secretaria da Segurança Pública", "Polícia Militar do Estado da Bahia" e "Corregedoria Geral"

b. O próximo campo traz identificações preliminares, começando pelo título: “GUIA PARA EXAME PERICIAL E LABORATORIAL – LOCAL DO CRIME”; seguido da data de emissão da guia, Nº da guia e Nº da portaria. Logo após encontramos um campo destinado à identificação da autoridade requisitante, que é o capitão delegado para impulsionar o IPM, devendo conter: nome, posto e matrícula. Abaixo desta identificação, há um campo para indicação do destino do laudo, que, neste trabalho, sempre será a corregedoria geral da PMBA.

c. Passamos então ao campo denominado “descrição da ocorrência (fato). ”, composto por data do fato, hora do fato, natureza do fato (tipificação). Abaixo temos o loca do fato (em caso de remoção, indicar além do local do fato, onde encontra-se o corpo). Finalizando o campo com um espaço destina do histórico da ocorrência.

d. Agora entrando na especificidade desta guia temos o campo denominado “Local da Perícia”. Com os elementos informativos: endereço completo; ponto de referência; telefone fixo; telefone celular; região; área - que pode ser pública ou privada; zona - que pode ser urbana ou rural; categoria e objeto da perícia – que, nesta guia, será sempre “LOCAL DE AÇÃO VIOLENTA”.

e. Agora segue o campo denominado “Exames”. Havendo aqui um espaço denominado “Local de ação violenta” preenchido com “Local de crime contra a pessoa”

   Abaixo encontramos um espaço com o seguinte texto que ao fim receberá uma rubrica por extenso: “Queiram os senhores peritos proceder aos exames solicitados anteriormente e quaisquer outros que se fizerem necessários para a obtenção das respostas aos quesitos previstos na legislação em vigor, bem como, aos quesitos adicionais a seguir: ”

f. O documento, voltando ao padrão das guias, finaliza com o campo destinado à autoridade requisitante. Contendo os seguintes elementos: função da autoridade requisitante e assinatura da autoridade requisitante

g. No rodapé abaixo da assinatura temos uma inscrição em fonte reduzida: “fundamento: art. 10, §2º, c/c art. 12, do decreto-lei Nº 1.002, de 21/10/1969

3) Arma de fogo

a. Reiterando a forma, encontra-se aqui o brasão da polícia militar no canto superior esquerdo, o brasão da corregedoria no canto superior direito e no centro as inscrições: “Governo do Estado da Bahia”, “Secretaria da Segurança Pública”, “Polícia Militar do Estado da Bahia” e “Corregedoria Geral”

b. O próximo campo traz identificações preliminares, começando pelo título: “GUIA PARA EXAME PERICIAL E LABORATORIAL – ARMA DE FOGO”; seguido da data de emissão da guia, Nº da guia e Nº da portaria. Logo após encontramos um campo destinado à identificação da autoridade requisitante, que é o capitão delegado para impulsionar o IPM, devendo conter: nome, posto e matrícula. Abaixo desta identificação, há um campo para indicação do destino do laudo, que, neste trabalho, sempre será a corregedoria geral da PMBA.

c. Passamos então ao campo denominado “descrição da ocorrência (fato). ”, composto por data do fato, hora do fato, natureza do fato (tipificação). Abaixo temos o loca do fato (em caso de remoção, indicar além do local do fato, onde encontra-se o corpo). Finalizando o campo com um espaço destina do histórico da ocorrência.

d. Agora entrando na especificidade desta guia temos o campo denominado “Arma de fogo”. Em quatro colunas encontramos os dados básicos das armas envolvidas no evento, sendo caracterizadas da seguinte forma: tipo; marca; calibre e série; seguimos então com o espaço denominado “munição” onde são descritos quantidade e calibre dos cartuchos que foram encaminhados à perícia; seguido de espaço denominado “outros tipos”. O campo finaliza com o espaço denominado “descrição”, utilizado para elementos que acompanharam as armas encaminhadas à perícia, tais como carregadores ou outros objetos pertinentes não citados nos campos e espaços anteriores.

e. Agora segue o campo denominado “Exames”. Havendo aqui um espaço denominado “físico descritivo da arma de fogo”, “físico descritivo da munição”, “funcionamento da arma de fogo” e “Microcomparação balística”

   Abaixo encontramos um espaço com o seguinte texto que ao fim receberá uma rubrica por extenso: “Queiram os senhores peritos proceder aos exames solicitados anteriormente e quaisquer outros que se fizerem necessários para a obtenção das respostas aos quesitos previstos na legislação em vigor, bem como, aos quesitos adicionais a seguir: ” nesta guia encontramos descritivo que preenche o espaço: “que seja realizado o exame de microcompação balística nas armas listadas acima com eventuais projéteis extraídos do corpo do índivíduo **[nome do morto]** conforme expedição de guia para realização de exame de necropsia Nº XXX/2015”

f. O documento, voltando ao padrão das guias, finaliza com o campo destinado à autoridade requisitante. Contendo os seguintes elementos: função da autoridade requisitante e assinatura da autoridade requisitante. Aqui encontramos uma diferença que é a confirmação de recebimento da coordenação de balística forense, um carimbo ao lado da assinatura da autoridade requisitante, denominado “recebido na coordenação de balística forense” abaixo encontramos um campo: em _/_/_ para preenchimento manual da data, uma linha abaixo para assinatura do agente que realizou o recebimento e abaixo o Nº do cadastro do agente a ser preenchido manualmente.

g. No rodapé abaixo da assinatura temos uma inscrição em fonte reduzida: “fundamento: art. 10, §2º, c/c art. 12, do decreto-lei Nº 1.002, de 21/10/1969

4) Arma branca, documentos e outros

a. Como descrito acima, temos aqui o brasão da polícia militar no canto superior esquerdo, o brasão da corregedoria no canto superior direito e no centro as inscrições: “Governo do Estado da Bahia”, “Secretaria da Segurança Pública”, “Polícia Militar do Estado da Bahia” e “Corregedoria Geral”

b. O próximo campo traz identificações preliminares, começando pelo título: “GUIA PARA EXAME PERICIAL E LABORATORIAL – ARMA BRANCA, DOCUMENTOS E OUTROS”; seguido da data de emissão da guia, Nº da guia e Nº da portaria. Logo após encontramos um campo destinado à identificação da autoridade requisitante, que é o capitão delegado para impulsionar o IPM, devendo conter: nome, posto e matrícula. Abaixo desta identificação, há um campo para indicação do destino do laudo, que, neste trabalho, sempre será a corregedoria geral da PMBA.

c. Passamos então ao campo denominado “descrição da ocorrência (fato). ”, composto por data do fato, hora do fato, natureza do fato (tipificação). Abaixo temos o loca do fato (em caso de remoção, indicar além do local do fato, onde encontra-se o corpo). Finalizando o campo com um espaço destina do histórico da ocorrência.

d. Agora entrando na especificidade desta guia temos o campo denominado “arma branca, documentos e outros materiais” Em quatro colunas os objetos pertinentes à este guia são descritos em: tipo, descrição, quantidade e unidade de medida.

e. Agora segue o campo denominado “Exames”. Havendo aqui um espaço denominado “físico-descritivo” e outro “fonético – outras perícias”. No canto esquerdo, no final deste campo, encontramos um carimbo

   Abaixo encontramos um campo sem denominação com o seguinte texto que ao fim receberá uma rubrica por extenso: “Queiram os senhores peritos proceder aos exames solicitados anteriormente e quaisquer outros que se fizerem necessários para a obtenção das respostas aos quesitos previstos na legislação em vigor, bem como, aos quesitos adicionais a seguir: ” geralmente aqui são solicitadas perícias em equipamentos eletrônicos, para acessar mídias, conversas, histórico de mensagens e ligações em aparelhos celulares.

f. O documento, voltando ao padrão das guias, finaliza com o campo destinado à autoridade requisitante. Contendo os seguintes elementos: função da autoridade requisitante e assinatura da autoridade requisitante

OBS: Aqui não encontramos o rodapé citados nas demais guias

6. Termo de Declarações
    1) Este documento começa com um quadro divido em três colunas: a primeira contendo o Brasão da PMBA, a do meio com diversos inscritos indicando os órgãos envolvidos, e na última um local destinado à numeração do IPM. As pessoas jurídicas e órgãos descritos na coluna central são: Estado da Bahia, Secretaria da Segurança Pública, Polícia Militar da Bahia, Corregedoria Geral e Unidade de polícia Judiciária Militar. Abaixo de todos estes, temos o endereço físico e eletrônico da corregedoria bem como o contato da unidade.
    2) Seguimos com o título do documento, centralizado e em caixa alta. "TERMO DE DECLARAÇÕES"
    3) O Próximo quadro possui um texto corrido, no qual o oficial encarregado descreve a versão dos fatos oferecida pelos declarantes. Inicia o texto descrevendo data, hora e local – geralmente a sede da corregedoria – descreve os presentes, sempre ele, o escrivão e o declarante, todos com nome posto/graduação, nome completo e matrícula, indicando filiação e a função exercida pelo declarante. Descreve a que o declarante fora advertido quanto ao direito constitucional de permanecer calado e que "passou a expor o seguinte: " daí seguem as narrativas acerca dos fatos.

        Ao final de cada lauda encontramos três rubricas manuscritas, provavelmente o visto de cada um dos três agentes envolvidos na produção do termo de declarações.
    4) O documento é finalizado por um quadro dividido em três linhas, as quais dispõem: AUTORIDADE, DECLARANTE E ESCRIVÃO. Todos os campos são assinados
    5) Após cada termo de declaração encontramos anexada uma cópia da identidade funcional ou outro documento de identificação do declarante.
7. Dados de cadastro civil da vítima e das testemunhas
    1) Os dados de cadastro civil possuem cinco campos principais, sendo: dados cadastro civil; dados cadastro criminal; dados ocorrências; dados cadastro de armas e SIMPAS – SAEB
    2) Os dados de cadastro civil são divididos em: nome, RG, pai, mãe, naturalidade, endereço, data de nascimento, data de expedição, data do óbito, sexo e CPF.

Num subtópico abaixo, ainda há os “dados observados na expedição: ” quais seja: cútis, barba, cabelo, bigode, olhos e altura

3) Os dados cadastro criminal
4) Em dados ocorrências temos um campo com uma advertência: “ATENÇÃO: a informação abaixo relacionada foi recuperada a partir da comparação dos dados digitados com os do banco de dados e aparentemente refere-se à pessoa consultada, contudo, é necessário uma verificação detalhada para validar de forma definitiva em virtude de casos de homônimos”. Abaixo do aviso encontramos espaços destinados às seguintes informações: nome, RG, Nº da ocorrência, data, unidade que registrou, condição do indivíduo (vítima, testemunha, investigado), histórico e providências
5) Dados cadastro de armas
6) SIMPAS – SAEB

8. Ofícios

Todos os Ofícios possuem a mesma padronização de cabeçalho, sendo à esquerda o brasão da polícia militar e centralizado temos as seguintes inscrições: ESTADO DA BAHIA, SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA MILITAR DA BAHIA, CORREGEDORIA GERAL, UNIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. Fechando com o endereço físico e digital da corregedoria da PMBA.

Os Ofícios serão elencados de acordo com os assuntos:

1) Comunicação de instalação de trabalhos de inquérito policial militar
    a. Abaixo do cabeçalho padronizado supracitado, temos a inscrição: Ofício NºXXX/CORREG NºXXX/UPJM/XXX-15/15
    b. À direita e logo abaixo da numeração há indicação de local e data
    c. Seguimos com o destinatário “ao senhor corregedor adjunto Cel PM xxxxxxxxxxxxx”
    d. Assunto: Comunicação de instalação de trabalhos de inquérito policial militar
    e. Partindo então ao texto onde o oficial designado para instaurar e impulsionar o IPM comunica ao corregedor que “nesta data, foram instalados os trabalhos do inquérito designado pela portaria citada, cujos trabalhos serão realizados nesta casa correcional, Salvador Bahia”.

f. Fecha com a saudação “respeitosamente” e logo abaixo o nome do oficial designado, seguido do posto. Abaixo a inscrição “oficial encarregado, com uma assinatura manual por cima do nome”

g. No canto inferior direito encontramos um carimbo do protocolo da corregedoria, pois para formalizar a remessa, ainda que interna.

2) Solicitação da escala de serviço dos policiais envolvidos

a. Abaixo do cabeçalho padronizado supracitado, temos a inscrição: Ofício NºXXX/CORREG NºXXX/UPJM/XXX-15/15

b. À direita e logo abaixo da numeração há indicação de local e data

c. Seguimos com o destinatário que será o comandante da unidade de onde será gerada a escala de serviço.

d. Assunto: Solicitação da escala de serviço dos policiais envolvidos

e. Partindo então ao texto onde o oficial designado para instaurar e impulsionar o IPM com base na portaria que instaura o IPM, solicita ao comandante a escala de serviço dos PMs daquela unidade, para fins de instrução.

f. Fecha com a saudação “respeitosamente” e logo abaixo o nome do oficial designado, seguido do posto. Abaixo a inscrição “oficial encarregado, com uma assinatura manual por cima do nome”

g. No canto inferior direito encontramos um carimbo do protocolo unidade destinatária do ofício.

3) Solicitação do relatório de serviço do oficial coordenador da área

a. Abaixo do cabeçalho padronizado supracitado, temos a inscrição: Ofício NºXXX/CORREG NºXXX/UPJM/XXX-15/15

b. À direita e logo abaixo da numeração há indicação de local e data

c. Seguimos com o destinatário que será o comandante da unidade de onde será gerada a escala de serviço.

d. Assunto: Solicitação do relatório de serviço do oficial coordenador da área

e. Partindo então ao texto onde o oficial designado para instaurar e impulsionar o IPM com base na portaria que instaura o IPM, solicita ao comandante da unidade o relatório de serviço do oficial coordenador da área, para fins de instrução.

f. Fecha com a saudação “respeitosamente” e logo abaixo o nome do oficial designado, seguido do posto. Abaixo a inscrição “oficial encarregado, com uma assinatura manual por cima do nome”

g. No canto inferior direito encontramos um carimbo do protocolo unidade destinatária do ofício.

4) Solicitação de fichas de assentamento de policiais pertencentes à unidade

a. Abaixo do cabeçalho padronizado supracitado, temos a inscrição: Ofício NºXXX/CORREG NºXXX/UPJM/XXX-15/15

b. À direita e logo abaixo da numeração há indicação de local e data

c. Seguimos com o destinatário que será o comandante da unidade de onde será gerada a escala de serviço.

d. Assunto: Solicitação de fichas de assentamento de policiais pertencentes à unidade

e. Partindo então ao texto onde o oficial designado para instaurar e impulsionar o IPM com base na portaria que instaura o IPM, solicita ao comandante da unidade as fichas de assentamento dos seguintes policiais, referente à data e hora do evento investigado, para fins de instrução. Segue a baixo com uma lista por ordem de antiguidade funcional com posto, nome completo e matrícula de cada policial envolvido no IPM.

f. Fecha com a saudação “respeitosamente” e logo abaixo o nome do oficial designado, seguido do posto. Abaixo a inscrição “oficial encarregado, com uma assinatura manual por cima do nome”

g. No canto inferior direito encontramos um carimbo do protocolo unidade destinatária do ofício.

5) Solicitação de copias do livro de carga de material bélico e dos relatórios individuais de disparo de arma de fogo

a. Abaixo do cabeçalho padronizado supracitado, temos a inscrição: Ofício NºXXX/CORREG NºXXX/UPJM/XXX-15/15

b. À direita e logo abaixo da numeração há indicação de local e data

c. Seguimos com o destinatário que será o comandante da unidade de onde será gerada a escala de serviço.

d. Assunto: Solicitação de copias do livro de carga de material bélico e dos relatórios individuais de disparo de arma de fogo
e. Partindo então ao texto onde o oficial designado para instaurar e impulsionar o IPM com base na portaria que instaura o IPM, solicita ao comandante da unidade as fichas de assentamento dos seguintes policiais, referente à data e hora do evento investigado, para fins de instrução. Segue a baixo com uma lista por ordem de antiguidade funcional com posto, nome completo e matrícula de cada policial envolvido no IPM.
f. Fecha com a saudação "respeitosamente" e logo abaixo o nome do oficial designado, seguido do posto. Abaixo a inscrição "oficial encarregado, com uma assinatura manual por cima do nome"
g. No canto inferior direito encontramos um carimbo do protocolo unidade destinatária do ofício.

6) Solicitação dos antecedentes penais

a. Abaixo do cabeçalho padronizado supracitado, temos a inscrição: Ofício NºXXX/CORREG NºXXX/UPJM/XXX-15/15
b. À direita e logo abaixo da numeração há indicação de local e data
c. Seguimos com o destinatário que o coordenador da corrdenação de documentação e estatística policial. Abaixo do nome, o cargo e abaixo do cargo o endereço deste órgão.
d. Assunto: Solicitação de antecedentes penais
e. Partindo então ao texto onde o oficial designado para instaurar e impulsionar o IPM, expõe que: com fundamento na portaria que instaura o IPM em questão, para apuração de "ação policial, desencadeada por policiais militares, pertencentes à XXXX, na qual foi vitimado fatalmente XXXX, socorrido no hospital XXX, por volta das XXX, na localidade conhecida como XXX, nesta capital" solicita informações acerca do que consta nos arquivos dessa coordenação a respeito da vida pregressa do morto.
f. Abaixo do texto temos um abaixo do outro, na seguinte ordem: nome, data de nascimento, filiação e RG

g. Agradecimento à atenção e reiteração da estima e apreço pela coordenação.

h. Fecha com a saudação “atenciosamente” e logo abaixo o nome do oficial designado, seguido do posto. Abaixo a inscrição “oficial encarregado” que está parcialmente coberto pelo protocolo de recebimento, assinado de forma manual pelo agente descrito. O protocolo mencionado corresponde à um adesivo com numeração, o nome “cópia” após o número, data, _/_/2015, Hora, ASS: e outro número XX.XXX ao canto inferior direito.

7) Solicitação do mapa de viaturas e registro de atendimento de ocorrências

a. Abaixo do cabeçalho padronizado supracitado, temos a inscrição: Ofício NºXXX/CORREG NºXXX/UPJM/XXX-15/15

b. À direita e logo abaixo da numeração há indicação de local e data

c. Seguimos com o destinatário que será o Coronel Superintendente da STELECOM.

d. Assunto: Solicitação de mapa de viaturas e registro de atendimento de ocorrência.

e. Partindo então ao texto onde o oficial designado para instaurar e impulsionar o IPM, expõe que: com fundamento na portaria que instaura o IPM, para apuração de “ação policial, desencadeada por policiais militares, pertencentes à XXXX, na qual foi vitimado fatalmente XXXX, socorrido no hospital XXX, por volta das XXX, na localidade conhecida como XXX, nesta capital” solicita o mapa de GPS, controle de efetivo e viatura, e extração do áudio do equipamento de rádio HT’s da(s) viatura(s) de prefixos X.XXXX pertencentes à unidade XXXX no intervalo compreendido entre X horas e X horas da mencionada data.

f. Agradecimento à atenção e reiteração da estima e apreço pela superintendência.

g. Fecha com a saudação “respeitosamente” e logo abaixo o nome do oficial designado, seguido do posto. Abaixo a inscrição “oficial encarregado e uma assinatura manuscrita por cima de todo este campo”

h. No canto inferior direito encontramos um carimbo do protocolo unidade destinatária do ofício. Datado e assinado à mão.

8) Solicitação da cópia do relatório de atendimento médico realizado em paciente vítima de disparo de arma de fogo

a. Abaixo do cabeçalho padronizado supracitado, temos a inscrição: Ofício NºXXX/CORREG NºXXX/UPJM/XXX-15/15

b. À direita e logo abaixo da numeração há indicação de local e data

c. Seguimos com o destinatário que será o diretor do hospital que atendeu o morto.

d. Assunto: Solicitação de cópia do relatório de atendimento médico realizado em paciente vítima de disparo de arma de fogo

e. Partindo então ao texto onde o oficial designado para instaurar e impulsionar o IPM, expõe que: com fundamento na portaria que instaura o IPM, para apuração de "ação policial, desencadeada por policiais militares, pertencentes à XXXX, na qual foi vitimado fatalmente XXXX, socorrido no hospital XXX, por volta das XXX, na localidade conhecida como XXX, nesta capital" solicita ao diretor do hospital a cópia ddo relatório de atendimento médico realizado no paciente XXXXXXXXX, vítima de disparo de arma de fogo, para fins de instrução.

f. Agradecimento à atenção e reiteração da estima e apreço pela superintendência.

g. Fecha com a saudação "atenciosamente" e logo abaixo o nome do oficial designado, seguido do posto. Abaixo a inscrição "oficial encarregado, assinado por manualmente por cima do nome"

h. No canto inferior esquerdo, ao lado da assinatura, encontramos um carimbo da secretaria da diretoria, assinado e datado manualmente.

9) Informações acerca dos trabalhos de IPM

a. Aqui a autoridade delegada oficia o Ministério Público Militar Estadual acerca da existência de feitos investigativos em curso, contra policiais militares e função de uma morte relacionada aos seus atos durante atuação.

10) Solicitação do laudo cadavérico

a. Abaixo do cabeçalho padronizado supracitado, temos a inscrição: Ofício NºXXX/CORREG NºXXX/UPJM/XXX-15/15
b. À direita e logo abaixo da numeração há indicação de local e data
c. Seguimos com o destinatário que será o(a) diretor(a) do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues – I.M.L.N.R. Seguido do endereço do instituto.
d. Assunto: Solicitação do laudo cadavérico
e. Partindo então ao texto onde o oficial designado para instaurar e impulsionar o IPM. Expõe que: com base na portaria que instaura o IPM, por meio deste ofício, ele reitera (a palavra "reitero" encontra-se em caixa alta, negrito e sublinhada) o pedido realizado pela guia de exame pericial – médico legal, estabelecendo prazo de 10 dias para que a solicitação seja atendida.
f. Fecha com a saudação "atenciosamente" e logo abaixo o nome do oficial designado, seguido do posto. Abaixo a inscrição "oficial encarregado"
g. No canto inferior esquerdo encontramos um carimbo do protocolo unidade destinatária do ofício. Com campos "recebido em _/_/_" e "funcionário" a serem preenchidos manualmente.

11) Solicitação do laudo de local

a. Abaixo do cabeçalho padronizado supracitado, temos a inscrição: Ofício NºXXX/CORREG NºXXX/UPJM/XXX-15/15
b. À direita e logo abaixo da numeração há indicação de local e data
c. Seguimos com o destinatário que será o(a) diretor(a) do Instituto Criminalístico Afrânio Peixoto – I.C.A.P. Seguido do endereço do instituto.
d. Assunto: Solicitação de laudo de local
e. Partindo então ao texto onde o oficial designado para instaurar e impulsionar o IPM. Expõe que: com base na portaria que instaura o IPM, por meio deste ofício, ele reitera (a palavra "reitero" encontra-se em caixa alta, negrito e sublinhada) o pedido realizado pela guia de exame pericial, estabelecendo prazo de 10 dias para que a solicitação seja atendida.

f. Fecha com a saudação “atenciosamente” e logo abaixo o nome do oficial designado, seguido do posto. Abaixo a inscrição “oficial encarregado, assinado por manualmente por cima do nome”

g. No canto inferior esquerdo encontramos um carimbo do protocolo unidade destinatária do ofício. Com campos “recebido em _/_/_” e “funcionário” a serem preenchidos manualmente.

12) Solicitação do laudo de arma de fogo

a. Abaixo do cabeçalho padronizado supracitado, temos a inscrição: Ofício NºXXX/CORREG NºXXX/UPJM/XXX-15/15

b. À direita e logo abaixo da numeração há indicação de local e data

c. Seguimos com o destinatário que será o(a) diretor(a) do Instituto Criminalístico Afrânio Peixoto – I.C.A.P. Seguido do endereço do instituto.

d. Assunto: Solicitação de laudo de arma de fogo

e. Partindo então ao texto onde o oficial designado para instaurar e impulsionar o IPM. Expõe que: com base na portaria que instaura o IPM, por meio deste ofício, ele reitera (a palavra “reitero” encontra-se em caixa alta, negrito e sublinhada) o pedido realizado pela guia de exame pericial, estabelecendo prazo de 10 dias para que a solicitação seja atendida.

f. Fecha com a saudação “atenciosamente” e logo abaixo o nome do oficial designado, seguido do posto. Abaixo a inscrição “oficial encarregado, assinado por manualmente por cima do nome”

g. No canto inferior esquerdo encontramos um carimbo do protocolo unidade destinatária do ofício. Com campos “recebido em _/_/_” e “funcionário” a serem preenchidos manualmente.

13) Solicitação do laudo de exame pericial em aparelho celular

a. Abaixo do cabeçalho padronizado supracitado, temos a inscrição: Ofício NºXXX/CORREG NºXXX/UPJM/XXX-15/15

b. À direita e logo abaixo da numeração há indicação de local e data

c. Seguimos com o destinatário que será o(a) diretor(a) do Laboratório Central do Departamento de Polícia Técnica da Bahia. Seguido do endereço do instituto.

d. Assunto: Solicitação do laudo de exame pericial em aparelho celular

e. Partindo então ao texto onde o oficial designado para instaurar e impulsionar o IPM. Expõe que: com base na portaria que instaura o IPM, por meio deste ofício, ele reitera (a palavra "reitero" encontra-se em caixa alta, negrito e sublinhada) o pedido realizado pela guia de exame pericial, estabelecendo prazo de 10 dias para que a solicitação seja atendida.

f. Fecha com a saudação "atenciosamente" e logo abaixo o nome do oficial designado, seguido do posto. Abaixo a inscrição "oficial encarregado, assinado por manualmente por cima do nome"

g. No canto inferior direito encontramos um carimbo do protocolo unidade destinatária do ofício. Com campos "recebido em _/_/_" e "funcionário" a serem preenchidos manualmente.

9. Escala de serviço dos policiais envolvidos
    1) Consiste numa planilha com os seguintes dados:
        a.

10. Relatório de serviço do oficial coordenador da área
    1) Não possui um padrão, varia de acordo com a unidade, mas todos possuem em comum as seguintes informações:
        a. Brasões oficiais
            1. Brasão da PMBA
            2. Brasão da Unidade
        b. Nome, Patente e matrícula dos policiais que compunham a Guarnição
        c. Efetivo de serviço na localidade, na sala de meios (almoxarifado) e na comunicação do batalhão ou CIPM.
        d. Permutas realizadas no dia
        e. Ocorrências Administrativas
        f. Ocorrências Operacionais
        g. Sempre finalizam com a passagem de serviço e a assinatura do coordenador da área (sempre um oficial)

11. Ficha de assentamento de policiais pertencentes à unidade
    1) O documento começa com o brasão da CIA a qual foi dirigido o ofício que solicitava a ficha de assentamento dos policiais envolvidos no fato relacionado

à morte. Este brasão está centralizado, possui a inscrição “policial militar” acima e abaixo “CIA independente”. Duas pistolas de clark cruzadas. Abaixo do brasão temos a inscrição “polícia Militar da Bahia” seguido da identificação do comando regional, seguido da unidade destinatária do ofício que solicitou a ficha de assentamento.

2) À esquerda “ofício Nº xxxx/aaaa
3) Abaixo da identificação do ofício, à direita: “Salvador, X de X de 2015
4) Abaixo à esquerda uma inscrição manuscrita.
5) Abaixo à direita um adesivo de protocolo com “doc:xxxxxx”, data_/_/2015, Hora_:_, Ass: (assinado manualmente) e outra numeração xx.xxx
6) Dirigido ao “senhor encarregado”, em atenção ao ofício que solicitara a ficha de assentamentos, elogios e castigos disciplinares – FACED, dos policias abaixo relacionados
7) Quadro com três colunas: “GH” que traz a patente, “Nome” trazendo o nome completo dos policiais e “matrícula”

12. Antecedentes penais solicitados

1) Manuscrito no topo: “obs: corregedoria geral”
2) À direito do manuscrito um carimbo em caixa alta escrito “CÓPIA”
3) Centralizado temos o escudo da Policia Civil do Estado da Bahia
4) Abaixo do brasão temos a seguinte inscrição
    a. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA CIVIL DA BAHIA, CORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ESTATÍSTICA POLICIAL - CDEP, o endereço da unidade, contatos telefônicos, POLÍCIA CIVIL: 202 ANOS À SERVIÇO DA SOCIEDADE
5) À esquerda, “Of. Nº XXX/XXXX CV”
6) Abaixo, na outra extremidade a data: Salvador, XX de XXX de 20XX
7) Abaixo, na mesma direção do item 5: “Exmº sr.”
8) Abaixo o nome completo do oficial delegado
9) Abaixo uma inscrição que identifica o oficial
10) Salvador – BA
11) Assunto: encaminhamento Folha de antecedentes Criminais
12) Texto: Senhor (patente):

13) Encaminho em anexo, folha de antecedentes criminais solicitada a esta coordenadoria.
14) Abaixo um quadro dividido em 4 campos, sendo:
    a. Nº de Ofício, abaixo o número; ao lado do Nº de oficio temos o "NOME" e abaixo o nome do morto
15) Centralizado "atenciosamente" seguido de uma assinatura manuscrita logo acima do nome, a classe e a matricula do delegado
16) No canto inferior esquerdo temos o carimbo de recebimento na corregedoria
17) No canto inferior direito a etiqueta de protocolo do documento
18) Segue outra lauda com o cabeçalho à esquerda o brasão do governo da Bahia, e as inscrições: "SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA CIVIL DA BAHIA, CORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ESTATÍSTICA POLICIAL – CDEP" ao lado em caixa alta "ANTECEDENTES" com um controle de nº de páginas manuscrito no canto superior direiro.
19) Texto: "certifico que até a presente data, (nada consta ou o que constar) nos arquivos deste centro contra (nomee qualificação do morto)
20) No canto inferior esquerdo: "Ilmo Sr. Nome do oficial delegado, patente, controle de identificação do oficial, endereço da UPJM"
21) Salvador, XX de XX de XXXX
22) Um campo à esqueda escrito "Salvador BA" e um campo à direito escrito "Ass. Coordenador (a) da CDEP" seguido de uma assinatura manuscrita e carimbo da autoridade.

13. Cópia do relatório de atendimento médico realizado em paciente vítima de disparo de arma de fogo
    1) Possui estruturas variadas, pois depende do hospital que recebeu o indivíduo alvejado.
    2) Geralmente com a identificação do hospital, menção ao oficio que gerou a comunicação, e texto corrido onde o médico informa a data e hora de entrada do alvejado e data e hora de constatação do óbito. Alegando, com fundamentos legais, que demais informações estão protegidas pelo sigilo médico, garantido ao paciente vivo, como efeitos projetados para além da morte.
14. Laudos

1) Todos os Laudos periciais obedecem a seguinte ordem:
    a. No topo esquerdo há a inscrição: GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, Secretaria Da Segurança Pública, Departamento de Polícia Técnica, Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto.
    b. Ao lado um carimbo com visto, assinatura manuscrita e o nome do perito criminal coordenador do CPCCV
2) Título: COORDENAÇÃO DE PERÍCIAS DE CRIMES CONTRA A VIDA
3) Alinhado à direita: LAUDO DE EXAME PERICIAL / (CONTROLE)
4) Alinhado à esquerda:
    a. ÓRGÃO REQUISITANTE
    b. DESTINO DO LAUDO
    c. AUTORIDADE REQUISITANTE
    d. EXPEDIENTE
    e. OBJETIVO DA PERÍCIA
    f. PREÂMBULO
    g. HISTÓRICO
    h. EXAMES
        1. DO .....
            a. Laudo cadavérico – “DO CORPO”
            b. Laudo de local – “DO LOCAL”
            c. Laudo de arma de fogo – “DAS PEÇAS QUESTIONADAS”
            d. Laudo de exame pericial em aparelho celular – “DO DISPOSITIVO”
        2. DAS COLETAS
        3. DAS EVIDENCIAS
        4. QUESITOS (se houver)
    i. CONCLUSÃO
    j. ANEXOS

15. Atos

1) Relatório
    a. Canto esquerdo superior com o brasão da polícia militar da bahia

b. Al lado as inscrições: “GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA; SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA; POLÍCIA MILITAR DA BAHIA; CORREGEDORIA; UNIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. ”

c. Um campo centralizado com o título: “RELATÓRIO”

d. REFERÊNCIA

1. “Inquérito policial militar Portaria Nº XXXXXXXXX

e. INSTAURADO EM

f. CONCLUÍDO EM

g. RESISTENTE

h. INVESTIGADOS

1. Elenca a guarnição, por ordem de patente, vindo primeiro a patente e depois o nome completo de cada um, seguido da matrícula.

i. TIPO PENAL

1. Sempre o “Art. 205 CPM (Homicídio)”

j. INTRODUÇÃO

1. Estabelece quem determinou a abertura do inquérito e quais as razões da determinação.
2. “consoante notícia de ocorrência policial envolvendo policiais militares lotados na (unidade de polícia) que resultou no óbito do indivíduo de (nome do morto), que foi socorrido em (data, hora e local)

k. DILIGENCIAS FEITAS

1. Descreve a realização de cada ato em ordem cronológica

l. PESSOAS OUVIDAS

1. Elenca todas as pessoas de quem se colheu depoimento

m. RESULTADOS OBTIDOS

1. Texto: “Do apurado, constata-se que os fatos se deram da seguinte maneira:”
2. “em depoimento do (função do policial) Policial ..... disse que:
    a. Cópia de trechos dos termos de declarações do policial citado acima.

Este procedimento se repete com todos os policiais e testemunhas.

n.AS PROVAS PERICIAIS

1. Elenca em parágrafos os resultados das perícias
2. Elenca os laudos que até a data não foram encaminhados pelo Departamento de Perícia Oficial

o.EXISTENCIA DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR RESIDUAL

1. Aqui o oficial delegado verifica se para além do crime houve alguma infração disciplinar residual.

p.ANEXOS

1. Aqui o oficial lista todas as mídias, fotos, jornais e etc

q.CONCLUSÃO

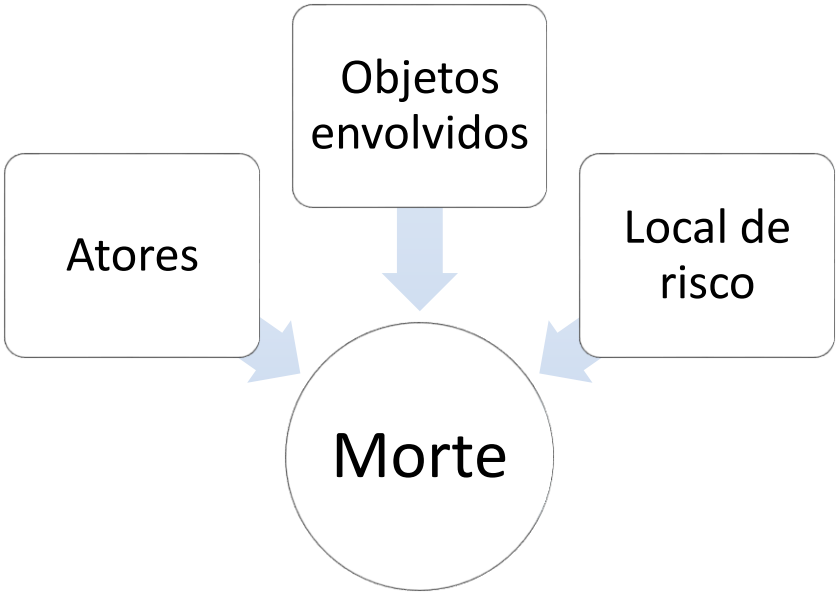
1. O oficial delegado justifica de acordo com os dados presentes no IPM e opina pela denúncia, ou estabelece que a investigação findou inconclusiva, deixando à cargo do MPME as providências cabíveis.

4 REAGINDO CONTRA "ELEMENTO" EM LOCAL DE RISCO

A partir da análise dos IPMs, foi possível evidenciar três principais componentes estruturadores da narrativa sobre mortes de civis em ações da Polícia Militar em 2015, construída no processo de apuração administrativa, quais sejam: os atores envolvidos e suas ações, os objetos envolvidos e o local da ação policial geradora da morte.

Na narrativa construída no IPMs, os atores com maior destaque são o morto e os policiais militares. Entre ações atribuídas ao morto, as proeminentes são a "agressão" e a "fuga"; já as ações nas quais os policiais militares são protagonistas "incursão", "ronda", "abordagem", "revide", "troca de tiros", "neutralização", "captura de elemento", "comunicação à central de rádio" e "solicitação de apoio". Os objetos envolvidos na ação estão divididos entre os objetos apresentados pelos policiais militares no auto de exibição e apreensão enquanto objetos utilizados na ação policial e os objetos encontrados com o morto. Quanto ao local da ocorrência, notou-se recorrente a caracterização do lugar como espaço de alta periculosidade. (Figura 1)

Figura 1 – Componentes da narrativa sobre a morte de civis em ações da polícia militar em Salvador-BA, segundo IPMs instaurados em 2015 pela UPJM-CPMBA.



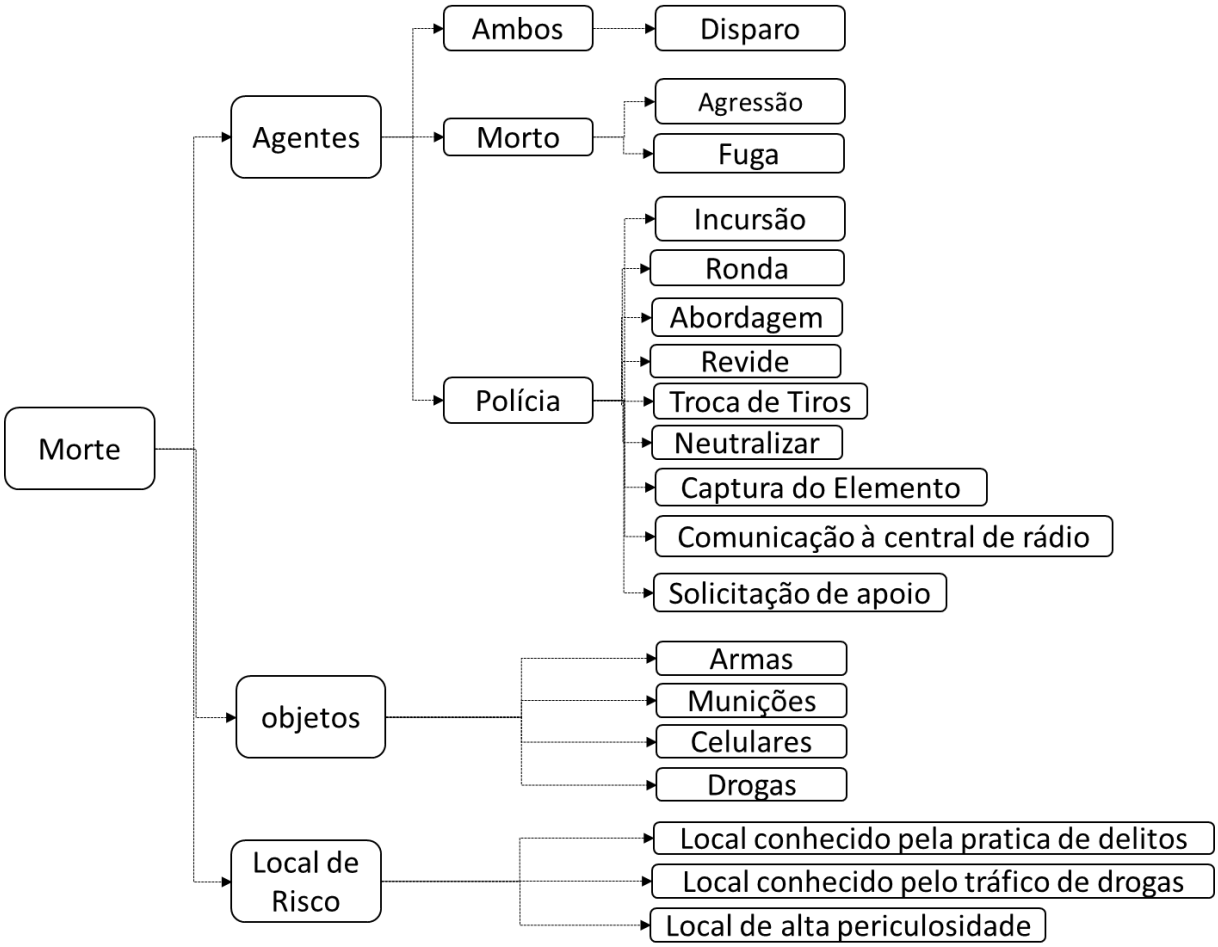
Fonte: Autoria própria.

A “morte” consiste no ponto central da narrativa, a partir do qual são estabelecidas conexões com os outros componentes. Neste sentido, foi possível identificar um “campo semântico” associado à reconstituição narrativa, nos IPMs, das ações de policiais e vítimas. Essa questão fica bem ilustrada a partir do “disparo”, constituindo ação comum, tanto ao morto quanto aos policiais. Ambos realizam “disparos”, porém, este termo apresenta sentidos distintos a depender de quem o realiza. Em se tratando do morto, o disparo também é interpretado como “agressão”, muitas vezes precedido da adjetivação “injusta”, enquanto para os policiais, os disparos são também interpretados como “revide”, “troca de tiros” e em alguns casos isolados como “refrega”, denotando expressões de reação.

Além das ações e atores orbitando à morte, nos termos das narrativas dos IPMs, temos ainda mais dois aspectos importantes: os objetos envolvidos na cena e o local da ocorrência. Em relação aos objetos envolvidos, encontramos caminhos voltados à construção do perfil do morto. Desse modo, a alusão a objetos como munições, drogas, armas ou cadernetas com movimentações financeiras de venda de drogas concorre para a construção da figura do morto desde a perspectiva do crime. Neste sentido, os componentes construtores da “carreira moral do morto” (Misse, 2011) se mostram relevantes para construção do sentido da morte de civis em ações policiais.

Diante do que foi observado, ficaram caracterizadas três perspectivas que podemos denominar como tríade do sentido da morte, quais sejam: morto criminoso + reação policial + local perigoso. Este é o tripé sustenta a narrativa da reconstituição dos fatos nos IPMs. A tríade decorre da análise conjunta do *corpus,* observando a aplicação semântica das categorias na formação da ideia de resistência à ação policial nas narrativas. Essa tríade de sustentação pode ser representada da seguinte forma (Figura 2):

Figura 2 – Tríade constitutiva do sentido sobre a morte de civis em ações da polícia militar, segundo IPMs instaurados em 2015 pela UPJM-CPMBA.



Fonte: Autoria própria.

Estando a percepção de resistência disposta sobre estes três principais argumentos caracterizadores da narrativa, ao desdobrarmos o conceito encontramos sua razão de ser nos componentes que, devidamente, combinados, alocados e/ou reiterados, o compõem e conferem função à narrativa.

Dessa maneira, sendo o morto, alguém com mandado de busca e apreensão em aberto, pessoa com passagem pela polícia ou envolvida com o tráfico de drogas e, associado a estes termos, portando arma apta a efetuar disparos, temos então caracterizado o primeiro elemento

e, ao mesmo tempo, a caracterização do "*homo sacer"*. Ainda sobre a caracterização do morto, além do histórico registrado nos sistemas da polícia, há a construção acerca da sua presença, por vezes narrada como "atitude suspeita", em "locais de alta periculosidade", "conhecidos pela prática de delitos patrimoniais e tráfico de drogas".

Estando este "*homo sacer"* em local conhecido pela prática de delitos ou tráfico de drogas, o que, o estabelece como localidade de alta periculosidade, podemos observar a influência exercida pelo local no discurso. São comuns alusões a localidades por não oferecerem condições de o policiamento operar com segurança, pela própria conformação das moradias irregulares, com aclives e declives acentuados, ruas estreitas, sem ordenamento geográfico e iluminação adequada, tornando as operações policiais mais arriscadas. Neste ponto, encontramos evidenciado um sentido de vulnerabilidade dos agentes policiais, articulado ao *status* de periculosidade do lugar na narrativa observada nos IPMs. Essa perspectiva se mostra presente, também, nos registros da ordem de serviço da PM, por meio de recomendações de cautela aos policiais em determinados espaços urbanos classificados com "zona perigosa". Nos relatos, a avaliação da periculosidade do local objeto da ação policial apresenta-se, entre outros fatores, como fundamento da solicitação de apoio de outras guarnições por parte dos policiais militares.

Temos, assim, dois dos três componentes da tríade, restando apenas a atuação policial dentro dos ditames reacionários. Considerando a totalidade das mortes decorrentes de atuação policial, relacionadas nos IPMs de 2015, como ocorridas por disparos de armas de fogo, infere-se que componentes como "disparo", "agressão" e "revide" estão presentes em todos os 16 IPMs. Outras categorias como "ronda", "comunicação à central de rádio", "solicitação de apoio" e "fuga" estão mais relacionadas ao contexto particular de cada ocorrência, destituindo-se no núcleo presente na totalidade dos IPMs. Entretanto, possuem um papel de destaque na construção da carreira moral do morto e na construção de sentido de legalidade da morte.

Nas narrativas presentes no IPMs, há mobilização semântica de categorias que orbitam em torno da construção de sentido de legitimidade da ação policial, estruturam a "carreira moral do morto" e conferem periculosidade à ocorrência policial em função do local, concorrendo conjuntamente para o sentido atribuído à morte de civis por intervenção policial. Passemos então ao exame de cada uma dessas categorias separadamente.

No primeiro grupo de componentes, voltados para caracterizar a ação policial, encontramos “incursão”, “ronda” e “abordagem” como componentes constituídos como denominações próprias da atividade policial. Tal questão enseja a percepção da oficialidade da atividade policial. Não eram policiais de folga, mas policiais em atividade oficial do Estado. A “comunicação à central de rádio” segue no mesmo sentido da oficialidade da ação policial, porquanto mesmo sendo atividades comuns à prática policial, elas não acontecem à revelia da guarnição policial, mas sob a ciência da central de controle e comando da unidade de polícia.

O “revide” e a “troca de tiros” são categorias caracterizadoras da atuação policial em termos de defesa. O revide denota mais evidentemente este sentido, pois a palavra revidar, em sua etimologia já carrega a noção de equiparação póstuma. “Envidar” significa emparelhar, assim, não só temos a noção da primeira ação agressiva partindo do (s) morto (s), como também a ideia de proporcionalidade, pois a reação não acontece de qualquer maneira, mas é caracterizada como um revide, ou seja, reação em sentido de equiparação. A troca de tiros também recebe conotação de paridade.

Continuando nessa linha da reconstituição narrativa da ação policial nos IPMs, os termos “neutralização” e “captura de elemento” também como ações voltadas à atividade da polícia, mas caracterizando também o morto denominado “elemento”. A polícia tem por objetivo garantir a ordem pública, e os policiais, nessa empreitada, buscam, ao mesmo tempo, cumprir sua missão e preservar a sua integridade física.

Os métodos utilizados para tanto são o combate às ameaças de modo proporcional, ou seja, ameaças letais, são, se não houver outra alternativa, proporcionalmente combatidas, com equivalente poder de fogo. Então, havendo a possibilidade se afastar da letalidade, ocorre o tido como ideal: o controle da ameaça, culminando na apreensão do potencial lesivo e prisão do transgressor.

A “solicitação de apoio”, por sua vez, denota mais um sentido além da relação com a localidade, geralmente estando associado à vantagem numerosa e/ou bélica dos relatados agressores, ensejando aos policiais a solicitação do apoio para sua proteção, bem como para garantir a “captura dos elementos” ou sua “neutralização”. Não obstante, a “solicitação de apoio” traz, mais um elemento contributivo para a construção do sentido interpretativo da narrativa. Em regra, não se solicita apoio sem estar configurada uma situação de vulnerabilidade da guarnição policial, desse modo, o fato de os policiais permanecerem com

sua integridade física preservada – o que nem sempre acontece, pois há nos documentos, relatos de policiais alvejados durante as operações – é lido como uma espécie de sucesso da operação de apoio. O apoio visa, num primeiro momento, garantir essa proteção aos policiais.

Passando ao segundo grupo de componentes, temos aquelas categorias que estruturam a "carreira moral do morto" (MISSE, 2011). A categoria "disparos" não compõe a carreira moral do morto, nem tampouco a legitimidade da ação policial, mas a forma como cada disparo é interpretado é o que confere força semântica à essa categoria. Os disparos realizados pelos policiais são sempre caracterizados como "revide" e os disparos realizados pelo morto denominados de "agressão" ou "injusta agressão".

Assim, o elemento caracterizador da pessoa do morto e da ação dos policiais. O termo "fuga" traz consigo a mesma valoração interpretativa, direcionando a interpretação da narrativa, conferindo simultaneamente aspectos positivos e negativos à determinados atores da narrativa. Os objetos apresentados pela força policial no momento do auto de exibição e apreensão também colaboram para essa categoria. O fato de apreenderem com o morto, vários celulares, drogas, dinheiro, armas e munição, sem dúvida, colabora para o entendimento acerca da possível conduta criminosa do morto, bem como do seu potencial lesivo letal, visto ao porte de arma e munição.

Cabe ressaltar que portar um número considerável de celulares e/ou dinheiro não constitui qualquer crime ou contravenção, porém, dada a circunstância da apreensão e as características do local da ocorrência – abordadas a seguir –, é construído um sentido associado ao tráfico de drogas para essas condutas, colaborando para a caracterização moral criminosa do morto. Alcançamos assim, a disposição do segundo grupo de componentes.

Abordemos, então, as categorias responsáveis por conferir periculosidade à ocorrência. Temos, nestes termos, a "localidade conhecida pela prática de delitos e de tráfico de drogas", os objetos encontrados com o morto, em regra, "arma" e "munição", estes componentes serão postos à prova pela balística, que, por sua vez, confere, tecnicamente, letalidade à essa combinação com o trecho: "apta à realização de disparos". A "solicitação de a poio", também é geralmente associada à desvantagem numerosa e terreno desfavorável. Todos estes, são componentes capazes de conferir sentido de perigo à interpretação da ocorrência. Por fim, estão dispostos os componentes do sustentáculo da tríade da resistência à atuação policial.

Não se deve pensar nas categorias de forma estanque, elas possuem diversos pontos de contato. A questão é que, não há como afastar, por exemplo, a ideia do “revide” e “injusta agressão” da construção moral do morto e, simultaneamente, da periculosidade da ocorrência. Ou deixar de associar a “solicitação de apoio”, como já foi dito, tanto com a legitimidade da ação policial quanto com a periculosidade do local. Assim percebemos conexões que, estabelecidas de forma múltipla, constituem a trama do tecido que é o sentido institucional atribuído às mortes decorrentes da atuação da PMBA. Estes componentes e conexões são, também, percebidas nas análises de Misse (2011), quando observa a reiteração lógica da narrativa:

> Na imensa maioria dos casos analisados, os Termos de Declaração diziam que os policiais estavam em patrulhamento de rotina ou em operação, perto de ou em localidade dominada por grupos armados de traficantes,15 quando foram alvejados por tiros e, então, revidaram a “injusta agressão”. Após cessarem os disparos, teriam encontrado um ou mais "elementos" baleados ao chão, geralmente com armas e drogas por perto, e lhes prestado imediato socorro, conduzindo-os ao hospital. (MISSE, 2011, p. 33)

Já o elemento caracterizador da localidade aparece quando lemos que a localidade era “dominada por grupos armados”. A caracterização da carreira do morto e legitimidade da ação policial quando, mais uma vez, caracterizam-se por “injusta agressão” (primeiros disparos) e “revide” aos disparos realizados. A presença de drogas e armas junto aos indivíduos alvejados e a prestação do socorro completam estes sentidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há similaridade entre as narrativas encontradas nos IPMs analisados e as indicadas por Misse (2011). Porém, nem tudo se equipara, em razão de o objeto da presente pesquisa se localizar num recorte mais restrito quando comparada com o corpus do marco teórico. Tal limitação ensejada também por questões de ordem institucional, relacionadas à característica militar do órgão. A estrutura militarizada do órgão, proporciona a verticalização do seu organograma funcional, tornando mais dificultosa a investigação de acordo a ascendência da patente do investigado, pois um subordinado não pode investigar o seu superior hierárquico.

O procedimento investigativo é sempre oficiado ao Ministério Público Militar Estadual – MPME, ficando à disposição do principal e competente órgão para a fiscalização da atividade policial. Esta postura enseja uma apuração menos caracterizada como meramente interna, pois, além da ciência dos fatos ao MPME, todo IPM só poderá ser arquivado por ato complexo que envolve o MP e o juiz da causa.

Como um dos principais achados do presente trabalho, destacamos a tríade constitutiva do sentido da morte que é formada pelos seguintes elementos: morto criminoso, reação policial e a localidade de risco, os quais se apresentam nos IPMs como componentes determinantes da caracterização da atuação policial militar nos casos de resistência. Eles estavam presentes em todas as narrativas, construindo sua estrutura, apresentando-se como pontos centrais da justificação. A tríade da resistência mostrou-se passiva de superação apenas pelo conhecimento científico, traduzido nos laudos periciais, em especial o laudo cadavérico, que ao revelar marcas de tatuagem, ou perfurações projetadas em circunstâncias incompatíveis com as narrativas, torna-se elemento decisivo na relativização dos depoimentos colhidos na apuração.

Dessa maneira, a partir da análise dos IPMs objeto deste estudo, concluímos que a construção da narrativa sobre a morte de civis em ação policial militar está baseada na tríade da resistência. No entanto, cabe ressaltar que as características descritas neste trabalho não denotam uma cultura institucional adstrita à PMBA, mas revela-se articulada a aspectos sociais mais amplos, também evidenciados nos estudos de Misse (2011) sobre a temática.

REFERÊNCIAS

BUENO, Samira. Governar pelo medo ou pela lei? In: **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.p.31-37.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. **Dos autos da cova rasa**: a identificação de corpos não-identificados no instituto médico-legal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. 198 p.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 198 p.

MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, Ceci Vilar. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 188-221, jan. /jun. 2002.

MISSE, Michel. (Coord.), et al. **Autos de resistência:** uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011). Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SILVA, Virgínia Ferreira da. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 7, n. 13, p. 244-259, jan. /jun. 2005.

POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 316 p.

ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida**: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do rio de janeiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015. 280 p.

APÊNDICE A– Descrição da estrutura dos IPMs instaurados para a apuração das mortes de civis em intervenção policial militar em 2015

1. Capa
2. Designação do Oficial
3. ROP – Registro de Ocorrência Policial Militar
4. Auto de exibição e apreensão
5. Guias para exames periciais
    a. Médico legal
    b. Local do crime
    c. Arma de fogo
    d. Arma branca, documentos e outros
6. Termo de Declarações
7. Dados de cadastro civil da vítima e das testemunhas
8. Ofícios
    a. Comunicação de instalação de trabalhos de inquérito policial militar
    b. Solicitação da escala de serviço dos policiais envolvidos
    c. Solicitação do relatório de serviço do oficial coordenador da área
    d. Solicitação de ficha de assentamento de policiais pertencentes à unidade
    e. Solicitação de copias do livro de carga de material bélico e dos relatórios individuais de disparo de arma de fogo
    f. Solicitação dos antecedentes penais
    g. Solicitação do mapa de viaturas e registro de atendimento de ocorrências
    h. Solicitação da cópia do relatório de atendimento médico realizado em paciente vítima de disparo de arma de fogo
    i. Informações acerca dos trabalhos de IPM
    j. Solicitação do laudo cadavérico
    k. Solicitação do laudo de local
    l. Solicitação do laudo de arma de fogo
    m. Solicitação do laudo de exame pericial em aparelho celular
9. Escala de serviço dos policiais envolvidos
10. Relatório de serviço do oficial coordenador da área
11. Ficha de assentamento de policiais pertencentes à unidade
12. Antecedentes penais solicitados
13. Cópia do relatório de atendimento médico realizado em paciente vítima de disparo de arma de fogo
14. Laudos
    a. Laudo cadavérico
    b. Laudo de local
    c. Laudo de arma de fogo
    d. Laudo de exame pericial em aparelho celular
15. Atos
    a. Relatório

APÊNDICE B – Roteiro de análise documental

Roteiro de análise documental

Título do estudo: **Pergunta norteadora:** **Objetivos:**
***Corpus* documental: Inquéritos policiais militares para apuração de autos de resistência – 2015**
Roteiro **1) Atores** **2) Cenários** **3) O que se fala sobre:** **a) Morte?** **b) Morto?** **c) Local?** **d) Materiais/objetos envolvidos?** **e) Policiais?** **4) Quem fala sobre as questões sobre o ponto 3?**